

EDUCAÇÃO E HOMOFOBIA: UMA RELAÇÃO ENTRE EXCLUSÃO E ÓDIO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Victor Pereira de Sousa

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, victordesousa@outlook.com.br)

Introdução

Os índices de homofobia no Brasil são alarmantes. Isso nos faz pensar no quão relevante se faz o conservadorismo em nossa sociedade, e no quanto isso afeta a vida de tantos indivíduos. A homofobia mata, diariamente, diversos indivíduos. Por traz desses crimes, é possível encontrarmos alguns já velhos conhecidos, como: fanatismo religioso, intolerância e o discurso de ódio.

Logo, vidas são perdidas por questões ainda tão cruéis, opressoras, assassinas e desumanas. Infelizmente, a educação não se vê isenta de tais situações e, mais do que necessário, precisamos discutir, debater e, principalmente, agir. Assim, o presente trabalho tem como objetivo central elucidar índices de homofobia no Brasil nos espaços escolares, além de refletir sobre a importância da educação no processo de reafirmação dos direitos humanos, porém, sem esquecer a parte em que ela também é responsável por reforçar tal preconceito, dentro e fora dos muros escolares. Vale ressaltar que além da homofobia, outras formas de violência contra LGBTs se apresentam no corpo textual desse trabalho, pois se interseccionam ao tema central aqui proposto.

Metodologia

O presente trabalho se fundamenta em pesquisas bibliográficas que arcabouçam as reflexões, discussões e análises levantadas aqui. Dessa forma, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2015, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi de extrema importância para a solidificação e viabilidade deste trabalho.

Resultados e Discussão

O conservadorismo ainda presente em nossas escolas faz com que o padrão cissexista exclua alunos/as de nossos sistemas de ensino dentro e fora dos muros escolares. E essa reprodução de desigualdades, além de cunho social, acaba também por ocasionar desigualdades educacionais.

Assim, um dos grandes desafios presentes na educação brasileira gira em torno da inclusão dos alunos que fogem aos padrões sociais impostos – e aqui inclui-se o padrão *cis*-heterossexual –

em nossos sistemas de ensino, dado que, como apontam Bourdieu e Passeron (1975, p. 132), “o código cultural utilizado nas escolas é excludente, pois abarca o código restrito utilizado pelas classes dominantes, reproduzindo, assim, desigualdades sociais em espaços escolares”. Isso vai, conseqüentemente, gerar o que Seabra (2010, p. 29) chama de “uma série de insucessos escolares”, esclarecidos por Leher (2005, p. 8), ao conceber que “tudo isso penaliza, sobretudo, as classes mais desfavorecidas, que vem o direito à educação se tornar uma miragem nunca alcançável, até que o aluno se convença de que o problema está em si, em sua incapacidade de aprender”.

Nesse patamar, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2015, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), mostra que tal inclusão ainda está longe de acontecer. Os dados levantados pela pesquisa traduzem a exclusão vivida por pessoas não-*cis*-heterossexuais nas escolas brasileiras, e realça o abismo, em relação a igualdade de direitos e justiça social, que ainda se encontra entre tais pessoas não-*cis*-heterossexuais e as *cis*-heterossexuais. A pesquisa contou com a participação de 1.016 estudantes com idade entre 13 e 21 anos. Segundo a ABGLT (2016, p. 19),

60% se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero. 55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans. 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual e 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual e 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

Em relação as respostas dadas pelos profissionais das escolas e/ou das famílias das vítimas envolvidas nos casos de violência apontados pela pesquisa, “36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões e 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência” (ABGLT, 2016, p. 19).

Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade/expressão de gênero). Para 64% dos/das estudantes não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a este respeito. Apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas (ABGLT, 2016, p. 19).

Como é possível observar, os casos tais casos de violência vai muito além de agressões verbais e/ou físicas. Os/as alunos/as não se veem representados nas escolas, e muito menos se

sentem seguros. A escola, que deveria ser um lugar de acolhimento, passa a ser um lugar de opressão e exclusão. Muitas outras denúncias sobre tal problemática traduzem a gravidade desse assunto, e reforça a necessidade de debatermos e refletirmos sobre essa situação. Abramovay et al. (2004, p. 17) relata que

Um estudo nacional em escolas brasileiras, realizado pela UNESCO e publicado em 2004, envolvendo mais de 24 mil respondentes, mostrou que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de sala de aula que fosse homossexual, 35,2% dos pais e mães não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual e 60% dos/das professores/as afirmaram não estar suficientemente bem informados/as para abordar a questão da homossexualidade na sala de aula.

Assim como Mazzon (2009, p. 21) elucida que

Um estudo sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, publicado em 2009 e copatrocinado pelo Ministério da Saúde, baseado em uma amostra de 18.500 estudantes, pais e mães, diretores/as, professores/as e outros/as profissionais da educação, mostrou que 87,3% dos/das respondentes tinham atitudes preconceituosas e 26,1% tinham atitudes discriminatórias em relação a orientações sexuais diferentes da heterossexual.

Dessa forma, é possível compreender que muito em relação a homofobia está relacionada ao discurso e a disseminação do ódio contra tais indivíduos, e que essa realidade segue presente em nosso país. Porém, é preciso lembrar que

Discurso de ódio não é opinião. Opinião não ofende, não oprime, não humilha, não inferioriza, não ridiculariza, não subordina, não mata. O sangue derramado todos os dias pela reprodução de nossos preconceitos geram vítimas, destroem famílias, dizimam vidas. O reforço contínuo que submete ao homossexual ao terrorismo de sair de casa para conviver como qualquer outro indivíduo em sociedade não se trata de uma opinião, mas sim de discurso de ódio. Difundir o ódio é crime, previsto pela Lei 7.716/89, mas infelizmente, não temos leis específicas em nosso país que criminalizem a homofobia. Porém o Projeto de Lei 122 está em discussão no Congresso sobre esse assunto (SOUSA, 2017, p. 5).

Assim, é preciso desconstruir essa realidade, dentro e fora de nossas escolas. Precisamos alcançar patamares dignos de igualdade de direitos e de justiça social, que são direitos de todo e qualquer cidadão brasileiro.

A escola é um reflexo da sociedade. A escola necessita preparar seus alunos e instruí-los para o exercício da cidadania. Sabemos que assim como os alunos, os professores e todos os outros profissionais que compõem a comunidade escolar, também são muito diversos, com opiniões diversas, experiências e modos diversos de vida. Entretanto, nenhum desses aspectos justifica a reprodução de desigualdades sociais e educacionais que fazem parte, com intensa frequência, do regime interno das escolas (SOUSA, 2017, p. 5).

Conclusões

As escolas brasileiras encontram-se ainda imersas em um conservadorismo excludente e desumano, visto que, como apontam dos dados levantados pela ABGLT, os indivíduos não-cis-heterossexuais sofrem diversas formas de violência em âmbito escolar. Esses dados mostram muito

mais do que o discurso de ódio e o conservadorismo em nossas escolas, pois, ele reflete também a negação, ou no mínimo, a mitigação, dos direitos humanos proclamados em Lei. Incluindo o direito à educação.

Se o direito à educação levou séculos para ser consolidado no Brasil – e que ainda se encontra em processo de consolidação –, para os indivíduos não-*cis*-heterossexuais essa busca pelo direito à educação ainda está muito longe de se igualar ao das pessoas *cis*-heterossexuais. As denúncias apresentadas neste trabalho comprovam isso, e reafirmam a necessidade de seguirmos buscando justiça. A escola pode não ser um instrumento de mudança da sociedade como antes acreditávamos, porém, ela com certeza é uma ferramenta poderosa na busca e consolidação da mobilidade social, na busca e consolidação da igualdade de direitos e em patamares mais justos de vida para todos os cidadãos brasileiros.

Referências

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M; SILVA, L. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> acesso em 24 de dezembro de 2017.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A Reprodução - Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LEHER, R. **O público como expressão das lutas sociais**. Disponível em: http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/docs/16112005154528_Analise_Leher_out_05.doc acesso em 18 de setembro de 2014.

MAZZON, J. (Coord.). **Principais resultados: projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, e orientação sexual**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009.

SEABRA, T. **Desigualdades escolares e desigualdades sociais**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 59, 2009, pp. 75-106.

SOUSA, V. **Homossexualidade: educação e reflexos sociais**. XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2017. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2017/anais/arquivos/RE_0174_0044_01.pdf acesso em 04 de novembro de 2017.